

CADERNO DE QUESTÕES



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO SELETIVO PARA AS FUNÇÕES DE CONCILIADOR
E DE JUIZ LEIGO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL N.º 01/2012 - CONCILIADOR E JUIZ LEIGO

CONCILIADOR CÍVEL

Nome do Candidato: _____

Inscrição n.º: _____ - _____





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

INSTRUÇÕES

- 1 Esta PROVA consta de **30** (trinta) questões objetivas, assim distribuídas: questões **01** a **10**, valendo 0,5 ponto cada, e questões **11** a **30**, valendo 0,25 ponto cada.
- 2 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 3 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** alternativa correta, a qual deverá ser assinalada com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de escrita grossa, na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 4 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número **31** serão desconsideradas.
- 5 Os candidatos que comparecerem para realizar a Prova **não deverão** portar armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, telefones celulares, *pen-drives* ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, lenços, aparelhos auriculares, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, os olhos e os ouvidos. Aparelhos auditivos serão permitidos, desde que previamente autorizados pela Comissão, conforme disposto no subitem 3.5.3. Os relógios de pulso são permitidos, desde que permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova. (conforme subitem 6.1.12 do Edital de Abertura)
- 6 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
- 7 A duração da prova é de **3 (três) horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 8 O candidato somente poderá retirar-se do local de prova **1 (uma) hora após o seu início e não poderá anotar/copiar o gabarito de suas respostas. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Escrita, o candidato somente poderá se retirar da sala de prova 2 (duas) horas após o início.** (conforme subitem 6.1.15 do Edital de Abertura)
- 9 O candidato que se retirar da sala de prova, ao concluí-la, **não poderá utilizar os sanitários nas dependências do local de prova.** (conforme subitem 6.1.16 do Edital de Abertura)
- 10 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

Boa prova!

01. Sobre a compra e venda, assinale a afirmação correta.

- (A) A compra e venda de safra futura não é, em regra, compatível com a imprevisão.
- (B) Na compra e venda de trato sucessivo, o pagamento de 75% do valor devido pelo comprador corresponde ao adimplemento substancial.
- (C) A compra e venda de imóvel sujeito a constantes alagamentos não corresponde a vício redibitório, mas a fato da natureza.
- (D) Na compra e venda, a evicção não se verifica na hipótese de privação do bem por ato de autoridade administrativa.
- (E) A compra e venda a *non domino* é aquela efetivada por quem tem poder de disposição sobre a coisa e transmite a propriedade através da *traditio brevi manu*.

02. No que se refere à responsabilidade civil, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.
- (B) A deterioração ou destruição da coisa alheia para afastar perigo iminente corresponde a ato ilícito e impõe o dever de indenizar.
- (C) A publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais impõe o dever de indenizar, independentemente de prova do prejuízo.
- (D) Não cabe indenização por dano moral da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, desde que tenha sido precedida por legítima inscrição, ressalvando-se o cancelamento.
- (E) A simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.

03. Sobre condomínio edilício, assinale a afirmação correta.

- (A) A responsabilidade pelas despesas condominiais pode recair tanto sobre o promitente vendedor quanto sobre o promitente comprador, dependendo das circunstâncias do caso.
- (B) O condomínio responde por danos derivados de furto ou roubo nas suas dependências, independentemente de previsão na Convenção ou no Regimento.
- (C) Por deliberação unânime dos condôminos, pode ser vedada a aquisição de unidade autônoma por pessoa que tenha antecedentes criminais.
- (D) Uma vez aprovada pela maioria simples dos condôminos, a Convenção é aplicável aos moradores e aos terceiros.
- (E) É obrigatório o seguro da unidade autônoma contra incêndio ou destruição, total ou parcial.

04. No caso de atraso na entrega de imóvel objeto de compromisso de compra e venda, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) É cabível a condenação por lucros cessantes.
- (B) Há presunção de prejuízo do promitente-comprador.
- (C) O vendedor só se exime de indenizar se comprovar que a culpa não lhe é imputável.
- (D) Se o atraso, por culpa da incorporadora, der ensejo à rescisão contratual, é devida a retenção de parcela do preço pago.
- (E) O atraso de pagamento por parte dos demais promitentes compradores não configura força maior.

05. Sobre os direitos de vizinhança, assinale a afirmação correta.

- (A) O zoneamento urbano não é pauta para o uso anormal da propriedade.
- (B) Quando determinadas judicialmente, o vizinho não poderá requerer, se possíveis, a redução ou eliminação das interferências.
- (C) Os frutos caídos em terreno vizinho pertencem ao dono da árvore, que terá o direito de entrar na propriedade do vizinho para recolhê-los.
- (D) O possuidor de prédio vizinho pode entrar, sem prévio aviso, no outro imóvel quando isso for indispensável à limpeza de sua casa.
- (E) O proprietário ou possuidor tem direito de fazer cessar as interferências prejudiciais ao sossego provocadas pela utilização da propriedade vizinha.

06. O prazo para o Poder Público recorrer das sentenças no Juizado Especial da Fazenda Pública é de

- (A) cinco dias.
- (B) dez dias.
- (C) quinze dias.
- (D) vinte dias.
- (E) trinta dias.

07. Em relação aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a afirmação correta.

- (A) Poderão ser deferidas, pelo Juiz, providências antecipatórias para evitar dano de difícil ou incerta reparação.
- (B) Será deferida liminar sempre que houver prova pré-constituída no mandado de segurança impetrado pela parte.
- (C) Só o Juiz imitirá o Estado na posse quando reunidos os requisitos para efetivação da desapropriação.
- (D) Poderão, através de análise do Juiz, ser adotadas providências cautelares e antecipatórias sempre que o objeto da demanda for a defesa de direitos ou de interesses difusos.
- (E) O Juiz poderá determinar a reintegração preventiva em caso de a demanda versar sobre pena de demissão imposta a servidor quando o processo administrativo disciplinar for inválido.

08. Sobre os Juízes Leigos e os Conciliadores no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, é correto afirmar que

- (A) os Juízes Leigos, enquanto no desempenho de suas funções, ficarão impedidos de exercer a advocacia perante todos os Juizados Especiais da Fazenda Pública instalados em território nacional.
- (B) o Conciliador poderá, com a finalidade de encaminhar composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos da controvérsia, sem intervenção de qualquer outra autoridade.
- (C) os Juízes Leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, preferencialmente, entre pessoas com notório conhecimento jurídico e mais de dois anos de experiência.
- (D) cabe ao Conciliador conduzir a audiência de conciliação e de instrução, sem intervenção de qualquer outra autoridade.
- (E) o Juiz dispensará novos depoimentos, passando a prolatar a sentença, quando não obtida a Conciliação.

09. Considerando-se o âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a afirmação correta.

- (A) Das decisões das Turmas Recursais caberá recurso de apelação para o Tribunal de Justiça, com pedido de uniformização, se houver divergência com o entendimento de Câmara do Tribunal.
- (B) Das decisões do Conciliador caberá recurso ordinário para as Turmas Recursais, sendo incabível qualquer recurso de despacho voltado ao impulso processual.
- (C) Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.
- (D) A divergência ensejadora de recurso extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal deverá ser demonstrada com base nas Súmulas das Turmas Recursais dos diferentes Estados.
- (E) Nos mandados de segurança impetrados junto aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, caberá recurso ordinário.

10. Com base na Lei n.º 12.153, de 22 de dezembro de 2009, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, poderão ser autoras de ações no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- (B) As Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais serão compostas por Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de dois anos, e integradas, preferencialmente, por Juízes do Sistema dos Juizados Especiais.
- (C) Aplica-se, subsidiariamente, aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, o disposto nas Leis n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, e n.º 10.259, de 12 de julho de 2001.
- (D) A designação dos Juízes das Turmas Recursais obedecerá aos critérios de antiguidade e merecimento, sendo permitida a recondução quando não houver outro Juiz na sede da Turma Recursal.
- (E) O pedido fundado em divergência entre Turmas do mesmo Estado será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Ministro indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

11. Assinale a alternativa em que a definição de consumidor ou de fornecedor encontra-se correta, de acordo com a Lei n.º 8.078/90.

- (A) Consumidor é sempre a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- (B) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas determináveis que haja intervindo nas relações de consumo.
- (C) Fornecedor é toda pessoa jurídica privada que desenvolve atividade de comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- (D) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- (E) Fornecedor é toda entidade dotada de personalidade jurídica que desenvolve atividade de comercialização de produtos ou prestação de serviços.

12. No que se refere ao Regime Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço, na Lei n.º 8.078/90, assinale a afirmação correta.

- (A) O fabricante responde pela reparação dos danos causados aos consumidores, desde que comprovada sua culpa.
- (B) O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
- (C) O fabricante só não será responsabilizado quando provar a culpa concorrente do consumidor ou de terceiro.
- (D) O comerciante é responsável pela reparação dos danos causados aos consumidores, inclusive quando o fabricante puder ser identificado.
- (E) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais pela reparação dos danos causados aos consumidores independe da verificação de culpa.

13. Assinale a afirmação correta em relação ao Regime da Prescrição e Decadência, de acordo com a Lei n.º 8.078/90.

- (A) O direito de reclamar pelos vícios aparentes caduca em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- (B) O direito de reclamar pelos vícios aparentes caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- (C) A contagem do prazo decadencial do direito de reclamar pelos ocultos inicia a partir da entrega efetiva do produto.
- (D) Tratando-se de vício oculto, a contagem do prazo decadencial inicia no momento em que ficar evidenciado o defeito.
- (E) Prescreve em três anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto, contados a partir da ocorrência do dano.

14. Assinale a afirmação correta em relação à desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com a Lei n.º 8.078/90.

- (A) A pessoa jurídica poderá ser desconsiderada sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- (B) As sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- (C) As sociedades coligadas respondem, independentemente de culpa, pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- (D) As sociedades integrantes dos grupos societários são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- (E) A desconsideração da personalidade civil, no regime do Código de Defesa do Consumidor, pressupõe desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

15. Assinale a afirmação correta em relação à disciplina do Cheque, prevista na Lei n.º 7.357/85.

- (A) O cheque não pode ser emitido ao portador, mas somente à pessoa nomeada.
- (B) O cheque com a cláusula "não à ordem" é transmissível por via de endosso.
- (C) O cheque é pagável à vista. Considera-se não-escrita qualquer menção em contrário.
- (D) Prescreve em seis meses, contados da data de emissão, a ação executiva pelo portador.
- (E) A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.

16. Assinale a afirmação correta em relação às regras previstas na Lei n.º 5.474/68, que trata de Duplicatas.

- (A) No ato da emissão da fatura, dela deverá ser extraída uma duplicata para circulação como efeito comercial ou qualquer outra espécie de título de crédito.
- (B) Nas vendas para pagamento em parcelas, não poderá ser emitida duplicata única, mesmo discriminando-se todas as prestações e seus vencimentos.
- (C) O portador que não tirar o protesto da duplicata dentro do prazo de sessenta dias perde o direito de regresso contra os endossantes e respectivos avalistas.
- (D) A duplicata com aceite, protestada ou não, é cobrável de conformidade com o processo aplicável aos títulos executivos extrajudiciais.
- (E) A pretensão à execução da duplicata prescreve contra o sacado e seus respectivos avalistas em 3 (três) anos, contados da data do protesto.

17. Assinale a afirmação correta em relação ao regime das Nulidades no Código de Processo Civil.

- (A) A parte que der causa à nulidade deverá requerer a respectiva decretação.
- (B) O ato realizado em desacordo com a forma prescrita em lei deverá, necessariamente, ser considerado inválido pelo Juiz.
- (C) Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele não dependam.
- (D) Quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, o processo é nulo desde seu início.
- (E) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados.

18. Assinale a afirmação correta em relação às regras de impedimento e suspeição no Código de Processo Civil.

- (A) É defeso ao Juiz exercer as suas funções no processo quando for parente de alguma das partes até o quarto grau.
- (B) É defeso ao Juiz exercer as suas funções no processo quando nele estiver postulando, como advogado da parte, qualquer parente seu até o terceiro grau.
- (C) É defeso ao Juiz exercer as suas funções no processo quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica parte na causa.
- (D) Reputa-se fundada a suspeição quando alguma das partes for credora ou devedora de parentes do Juiz, em linha reta ou na colateral até o quarto grau.
- (E) Os motivos de impedimento e de suspeição não se aplicam ao serventuário de justiça, ao perito e ao intérprete.

19. Assinale a afirmação correta em relação à disciplina das provas no Código de Processo Civil.

- (A) O ônus da prova incumbe ao réu quanto ao fato constitutivo do seu direito.
- (B) Não se admite convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova.
- (C) Dependem de prova os fatos notórios e os admitidos como incontroversos.
- (D) A confissão é, de regra, divisível, podendo a parte rejeitá-la no que lhe for desfavorável.
- (E) A parte não é obrigada a depor sobre fatos torpes que lhe forem imputados.

20. Assinale a afirmação correta em relação à disciplina do título executivo no Código de Processo Civil.

- (A) São títulos executivos judiciais a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.
- (B) A propositura de ação relativa ao débito constante do título executivo inibe o credor de promover-lhe a execução.
- (C) Considera-se título executivo extrajudicial o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios.
- (D) O documento público ou particular assinado pelo credor é título executivo extrajudicial quando também assinado por três testemunhas.
- (E) Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.

21. Conforme a Lei Federal n.º 9.099/1995, o processo orientar-se-á pelos critérios de

- (A) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, quando possível.
- (B) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- (C) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre a transação.
- (D) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, buscando sempre a conciliação.
- (E) oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, quando possível.

22. Conforme a Resolução n.º 905/2012-COMAG, considere as seguintes afirmações.

- I - Cabe ao conciliador, nos Juizados Especiais Cível e Criminal, sob supervisão do Juiz, conduzir a audiência de conciliação.
- II - Os Juízes Leigos e os Conciliadores serão designados pelo Juiz Presidente do Juizado Especial para exercerem suas funções pelo prazo de cinco anos, vedada a recondução.
- III- O Conciliador Cível e da Fazenda Pública receberão pela realização de acordo em audiência, e o Conciliador Criminal receberá pela realização da audiência.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.



23. Considere os princípios abaixo, aplicáveis à atuação de Conciliadores e Mediadores Judiciais.

- I - Confidencialidade – Dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo ser testemunha do caso, nem atuar como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese.
- II - Imparcialidade – Dever de agir com ausência de favoritismo, preferência ou preconceito, assegurando que valores e conceitos pessoais não interfiram no resultado do trabalho, compreendendo a realidade dos envolvidos no conflito e jamais aceitando qualquer espécie de favor ou presente, salvo de pequeno valor.
- III- Neutralidade – Dever de manter equidistância das partes, respeitando seus pontos de vista, com atribuição de igual valor a cada uma delas.

Quais estão de acordo com o Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais, Anexo III da Resolução n.º 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e III.
 (E) I, II e III.

24. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/1995.

- I - O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.
- II - O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.
- III- O Ministério Público não intervirá nos processos do Juizado Especial.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e III.
 (E) I, II e III.

25. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

- I - Havendo pedidos contrapostos, será dispensada a contestação formal e ambos serão apreciados na mesma sentença.
- II - O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido escrito à Secretaria do Juizado.
- III- Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e II.
 (E) I, II e III.

26. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

- I - A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou pelo Juiz leigo.
- II - Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo.
- III- O árbitro será escolhido dentre os Juízes togados.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e III.
 (E) I, II e III.

27. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

- I - Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar e as relativas a acidentes de trabalho, dentre outras.
- II - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, independentemente do valor da causa.
- III- Os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferencialmente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

28. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

- I - Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- II - Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.
- III- A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

29. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

- I - É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.
- II - Registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de vinte dias.
- III- A opção pelo procedimento previsto na Lei Federal n.º 9.099/95 importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido nessa Lei.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

30. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

- I - A citação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria.
- II - A citação far-se-á, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado.
- III- Sendo necessária, a citação far-se-á por oficial de justiça, na forma determinada pelo Código de Processo Civil.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.